

INTERVENÇÃO DA ESCRITA: A QUESTÃO DA LÍNGUA DO BRASIL EM  
“O INDÍGENA NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA” POR GILBERTO  
FREYRE EM CASA GRANDE & SENZALA<sup>1</sup>

Wilton James BERNARDO-SANTOS<sup>2</sup>

**Resumo:** O trabalho se inscreve junto ao projeto História das Ideias Linguísticas atento aos processos de constituição da Linguística no Brasil. Nessa direção, a objetiva da análise concentra-se na intervenção da escrita (BERNARDO-SANTOS, 2008), sobretudo, nos efeitos de sentido de seu aspecto gráfico na relação com o espaço enunciativo. Do entorno de fundação das primeiras universidades nos anos de 1930, publicações e republicações de especialistas e não-especialistas são estudadas no que toca ao jogo político-enunciativo no debate sobre “A QUESTÃO DA LÍNGUA NO BRASIL”. A partir de uma concepção materialista da linguagem em que pesa sua dimensão histórica pela via dos estudos da significação-enunciação (GUIMARÃES, 1989, 1995, 1996, 2002), as obras são estudadas como parte da instrumentação documental escuriturada pelo processo de gramatização, efeito da razão gráfica no português no Brasil (AUROUX, 1992; 1998). A “papelada” é então compreendida como exterioridade própria do simbólico (RANCIÈRE, 1994). Nessa ordem, o que constitui o sujeito histórico-enunciativo são efeitos de sentido da escrita. Por essa investida, trazemos uma análise de Casa Grande & Senzala (1933) de Gilberto Freyre no capítulo 2 “O indígena na formação da família brasileira” onde a relação entre línguas no Brasil é apagada na textualidade (ORLANDI, 2001) pela intervenção da escrita.

**Palavras-chave:** Enunciação, Língua Nacional, Intérpretes do Brasil.

*Résumé:* le travail est partie du projet Histoire des Idées Linguistiques. Il se consacre aux processus de constitution de la Linguistique au Brésil. Dans cette direction, l'objectif de l'analyse se concentre sur l'intervention de l'écriture (BERNARDO-SANTOS, 2008), surtout, nous effets de sens de son aspect graphique dans la relation avec l'espace énonciatif. De lui je nous renverse de fondation des premières universités années de 1930, publications et des republications de spécialistes et des non spécialistes sont étudiées en ce qui concerne le jeu politique-énonciatif dans le débat sur « la QUESTION de la LANGUE AU BRÉSIL ». À partir d'une conception matérialiste de la langue où il pèse sa dimension historique par la

---

<sup>1</sup> Este artigo, redigido em 2009, é uma reescrituração do Capítulo 5 de minha Tese de Doutorado financiada pela CAPES e pela Universidade Federal de Sergipe.

<sup>2</sup> Doutor em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem-IEL/Unicamp em (2008) sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Guimarães. Email: wjames@uol.com.br

*manière des études de la signification-énonciation (GUIMARÃES, 1989, 1995, 2002), les oeuvres sont étudiées mange partie de l'instrumentation documentaire écriture par la procédure de gramatization, effet de la raison graphique dans le Portugais au Brésil (AUROUX, 1992 ; 1998). La « paperasse » alors est comprise comme extériorité propre du symbolique (RANCIÈRE, 1994). Dans cet ordre, ce qui constitue le sujet historique-énonciatifsont des effets de sens de l'écriture. Par cet assaut, nous apportons une analyse de Casa Grande & Senzala (1933) de Gilberto Freyre au chapitre 2 « l'indigène dans la formation de la famille brésilienne » où la relation entre des langues au Brésil est éteinte dans textuaire (ORLANDI, 2001) par l'intervention de l'écriture.*

**Mots-clé:** *Énonciation, Langue Nationale, Interprètes du Brésil.*

## INTRODUÇÃO

### CONSIDERAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO ENUNCIATIVO E AS LINEARIDADES GRÁFICAS

Um problema importante para uma História das Ideias Linguísticas é a demarcação do período. Há, no debate acadêmico nacional, diferentes modos de tratar historicamente os estudos do Português do Brasil. Destaco três deles: a) seja para a formulação de uma posição frente à “Questão da língua”, o estudo é datado e avaliado segundo critérios da “Linguística Moderna” (Elia, 1940), (Melo, 1946); b) seja para propor um “roteiro de leituras”, os estudos são considerados em “linhas de interpretação” (Castilho, 1992); ou para apresentar a “evolução do pensamento crítico” como “fontes para a teoria e a história” (Pimentel, 1978; 1981); c) seja para a produção de uma história das idéias em que a periodização dos estudos é construída na relação com acontecimentos institucionais (Guimarães, 1996). Temos aí diferenças próprias da história das idéias linguísticas no Brasil.

Por outro lado, pensar sobre processos de institucionalização dos estudos do português brasileiro (PB) no debate acadêmico brasileiro a respeito da “questão da língua nacional” levou-me a estudar publicações em diferentes edições, considerando um desdobramento nos processos desses estudos: do entorno de fundação das primeiras universidades brasileiras à entrada dos programas de pós-graduação, ou seja, dos anos de 1930/40 aos 70.

Por exemplo, do título *Iniciação à filologia portuguesa* de 1949 ao *Iniciação à filologia e a lingüística portuguesa* já em edição de 19703 temos um período demarcado por essa “volta histórica” que acrescenta. Esse título não apenas foi, como quer o autor, “ampliado para corresponder ao conteúdo” para “retratar a mudança de inteligência” no prefácio da 4ª edição. A movimentação de sentidos entre edições é sempre parte das condições históricas: são relações que projetam espaço enunciativo (Guimarães, 1989; 1995). Por exemplo, em 1995, vem a público uma nova edição de *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda. Essa nova edição traz longa nota sobre a “questão da língua” incorporada na edição de 1947 (ou 1955), posto que o texto é egresso de artigo publicado no jornal *Estado de S. Paulo* em 1945. Outro exemplo vem na 49ª edição (2003) de *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. A edição traz em prefácio o “exemplo mor” para a interpretação do “ser nacional”: a língua nacional aparece para explicar o “equilíbrio de contrários” (Cardoso, p. 23). Em resumo, a fundação das primeiras universidades do Brasil e republicações de obras de autores/professores, parte específica na história das idéias lingüísticas, constitui uma posição aqui examinada a partir do “nascido” da lingüística moderna no Brasil.

Se a definição do período é aberta em um desdobramento institucional, a construção do *corpus* é um esforço de compreensão centrado em um desdobramento enunciativo do sujeito historiador dos estudos do português do Brasil em historiador da “língua do Brasil”: de um lado o sujeito que estuda os estudos da língua; de outro, o sujeito que estuda a língua nacional. Quer dizer, temos aí uma questão teórica no gesto de mobilizar diferentes papéis-documentos, textos como inscrições institucionais para a composição do *corpus*.

A eleição dos materiais é histórica, política e, antes de tudo, esse deve ser o esforço do trabalho, é teórica. O processo de constituição do *corpus* considera então o efeito da “papelada” como exterioridade constitutiva do simbólico, como história a ser

---

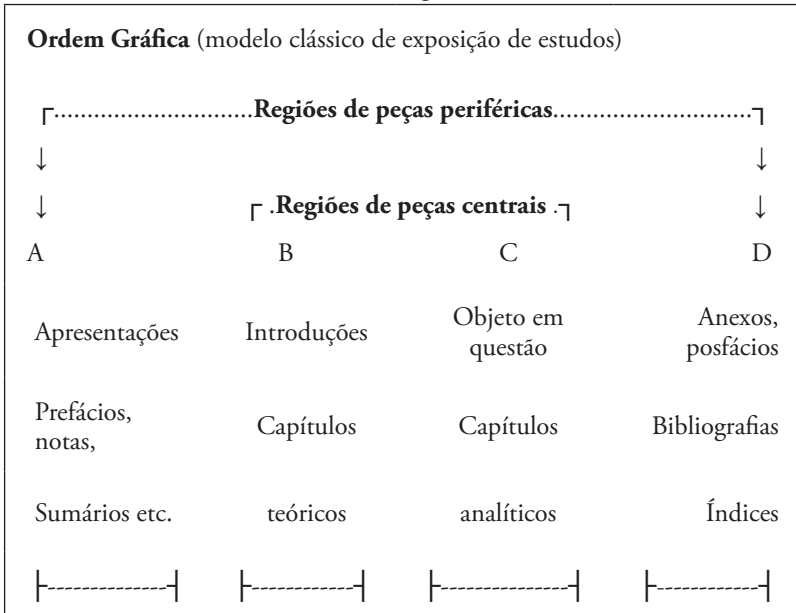
<sup>3</sup> É obra de Gladstone Chaves de Melo.

relatada, considerando seu excesso de palavras (Rancière, 1994), e os sentidos das materialidades históricas (Febvre, 1953, 1962). Não há, portanto, interesse por “completude”; ao contrário, é preciso “calar o falatório da multidão” para auscultar no que ela tem a dizer, o dito histórico na enunciação. A proposta é então estudar em um conjunto de obras, publicadas e republicadas, a dispersão de diferentes textos avolumados.

Considerando também que há uma ordem territorial própria da “disposição de textos científicos” em ao menos duas partes: “elementos periféricos” (folha de rosto, “orelhas”, apresentação, prefácio, posfácio, sumário etc.) e o “texto propriamente dito” (introdução, desenvolvimento: capítulos, seções e conclusão). É preciso considerar ainda que, aqui, entra outra formação constituída em práticas significantes do fazer científico, um saber constituído a partir de premissas numa certa ordem instrumentalizada, por exemplo, em manuais de metodologia do “trabalho científico”, da “investigação científica”. É a ordem hierárquica sequenciada das atividades/partes resultadas em livro; modalizações histórico-enunciativo-discursivas funcionando pelo efeito de sentido da diferença. Os capítulos e suas referências (apêndices e/ou anexos, notas de rodapé, notas ao final do capítulo e índices); considerar efeitos de sentido pontuais produzidos a partir de instrumentações normativas como ABNT e a NGB sobre a questão; considerar os sentidos que circulam em manuais para elaboração de projetos de pesquisa sobre a disposição do texto como “as notas de rodapé devem oferecer informações adicionais sem quebrar a continuidade do texto”. No fundo, o *corpus* vem do percurso em que, movido pelo teórico, o analista se dedica a essa diferença e a toma como o objeto da pesquisa.

O interessado por essa diferença precisa deslocar o olhar para reordenar a dispersão e analisar, em separado, documentos desses estudos que vêm em uma ordenação, por assim dizer, histórica de exposição: o *onde*-histórico em livros, aqui tomados enquanto Enunciados de Longa Duração (ELD). Vejamos na fig.1 essa ordenação histórica.

Fig.1



Podemos dizer das relações de sentido deslizando entre textos e é possível, sim, considerar os sentidos de uma região introdutória como a preparação para realizar o proposto. As regiões introdutórias trazem sentidos que dão a saber que o livro não tem aquele fim. Existe um depois central. Tanto que uma região introdutória é significada como “dispensável”. Assim, as regiões centrais são significadas como independentes na materialidade gráfica. Ou seja, o que temos aí é a representação do modelo clássico: lugares regulados para as realizações do teórico (o pensamento) e do prático (o fazer).

Assim, certos textos, tradicionalmente tomados como **peças periféricas** exteriores ao que “realmente vale”, devem ser examinados em busca daquilo que significam tendo em vista o lugar que ocupam no espaço (gráfico) enunciativo onde o sujeito é **historiador dos estudos**. Politicamente são fundamentais no jogo entre edições e reedições, no processo histórico de constituição de espaço enunciativo na institucionalização dos estudos científicos da linguagem no Brasil. São documentos tratados aqui como

**regiões de borda.** Também nesse mesmo âmbito, a contraparte do desdobramento, nas **peças centrais** das obras, ou seja, *lá onde* o autor é analista, é **historiador da língua** nacional, o movimento analítico deve redefinir a ordem das obras para examinar **bordas de regiões**, seja em trechos de conjuntos de capítulos, seja em trechos de capítulos, seções, notas, reedições etc.

Esse quadro poderia nos levar a um fechamento, um horizonte para o sujeito do aparelho analítico. Quer dizer, esse modo de tratar os documentos/textos traz para o analista o risco de aceitar, já no interior de suas operações, “um *a priori* ‘não questionado’, uma presença relativamente indesejada”. É um problema a ser minimizado com a colocação da objetiva da análise na enunciação por um ponto de vista específico: o do acontecimento.

#### CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO FLUIDO MOBILIZADOR DE ANÁLISE (CFMA)

Não vamos ao encontro dos Enunciados de Longa Duração (ELD) para seguir uma direção apontada por eles. Ao contrário, a análise os toma como objeto. A concessão, que é reconhecer esses sentidos do domínio formal, tem como contrapartida o gesto de estudar esses textos separadamente. Deslocamento que imagino minimizar o risco residual nas análises. Os documentos apontam na direção da linearidade adiante, o analista prefere se voltar para seus “pares locutores”, para documentos semelhantes, ou seja, “outros” prefácios, outras notas, posfácios etc.

O procedimento metodológico faz o analista circular por documentos à procura não de elementos linguisticamente sistêmicos ou apontando para certa ordem temporal “fora” do texto. O significado não é questão do analista, ele não quer interpretar dados “esquecidos pela história”. Não é o caso de ser contributivo no sentido de “esclarecer mal entendidos” na luta por interlocução transparente sobre a ordem temporal. Não. O esforço do procedimento metodológico é para colocar em operação um processo analítico dedicado à opacidade da ordem territorial; é dedicado à sintaxe significativa (Henry, 1992) onde a dimensão gráfica é fundamental. E não é tranqüila essa circulação do analista

pelas materialidades, assinalando “pontos críticos”. Ao contrário, há um esforço que acontece senão pela reflexão interessada por uma conflagração particularizada por gestos de tal forma a trazer como fim uma compreensão do processo histórico, apreciando o funcionamento dos sentidos no jogo político-enunciativo. É já então de se falar da relação inseparável do método com o teórico.

Para tanto, é preciso considerar dois trajetos de reflexões teóricas em funcionamento. Um primeiro trajeto considera que os sentidos, em relações contraditórias próprias de seus deslizamentos (Pêcheux, 1997), delineiam espaços político-enunciativos constituindo uma divisão da autoria não em co-autoria como cabe pensar interlocutivamente (Benveniste, 1974), onde “digo o que quero ou o dito é o que quero dizer”. Bem mais que isso, o dito, ou melhor, o discurso, é efeito de sentido entre locutores, uma divisão na enunciação tomada então como histórica justamente na instalação de uma diferença que vem do simbólico e constitui o sujeito descentrado, dividido e afetado pelo interdiscurso em suas específicas condições histórico-materiais de produção (Pêcheux, 1975; 1983; Orlandi, 2001). Considerar o funcionamento dos sentidos em sua relação contraditória significa procurar compreender a materialidade da linguagem como acontecimento histórico político-enunciativo por conta da heterogeneidade constitutiva da linguagem (Authier-Revuz, 1998). E é essa relação no fato da materialidade que constitui lugar da exposição ao real histórico, um “domínio interdiscursivo significante”, no caso, da “questão da língua nacional”: domínio que aparece então como objeto a ser tocado pelo esforço teórico analítico.

Um segundo trajeto, não dissociado do primeiro, presta atenção à instrumentação documental escriturada: o processo de gramatização, no caso, do português do Brasil (Auroux, 1992). E isso leva a inescapáveis relações de sentido com o espaço da razão gráfica (Auroux, 1998). Assim, para analisar livros (ELD), é preciso ter em vista os efeitos de sentido da diferença construída por uma ordenação específica, posto que cada peça traz um efeito de peso específico na hierarquização geral de lugares nas obras. Nessa diferença, o sujeito é então desdobrado em historiador

dos estudos (da ciência) e historiador da língua sob efeitos da instrumentação burocrático-administrativa, dos sentidos de regulamentação, de normatividade funcionando pelo histórico, pela linguagem em um lugar enunciativo próprio onde a relação com o “aparato” gráfico é cênica.

Como essa ordem é parte inescapável das relações de constituição do sujeito (o cruzamento de trajetos), ao deslocar o olhar analítico para a relação significativa “entre” a materialidade da linguagem e esses territórios postos como “centrais e periféricos”, torna-se possível estudar, nessas materialidades, a constituição de uma espacialidade enunciativa tal que funciona politicamente para além de produzir o efeito de “validação” da edição ou reedição. É o espaço ocupado pela documentação: do gráfico ao simbólico, do simbólico ao gráfico sem subjetivismos.

Em certa medida, ao historiarem os estudos do português no Brasil e ao historiarem a língua dando uma interpretação para o objeto: a “Questão da língua do Brasil”, essas publicações têm funcionamento político-enunciativo na construção de uma temporalidade específica para a história das idéias lingüísticas em funcionamento discursivo, sentidos de um tempo-*cronos*. Nosso trabalho, no entanto se dedica justamente ao *onde*-histórico, às materialidades escrituradas.

Por isso, tratar os textos como “bordas” significa, sobretudo, em uma concepção materialista da linguagem, que é preciso considerá-los nas relações de sentido funcionando como abertura para a construção de um outro no próprio real possível da linguagem. É então uma questão de alteridade constitutiva, de heterogeneidade da linguagem. E essa construção entra em processo de radicalização tal, porque o novo significa *no mesmo*. Textualiza diferentes versões em diferentes edições (Orlandi, 2001), portanto, uma abertura na construção de uma temporalidade para os estudos do Português na história das ideias lingüísticas.

E é nesse ponto decisivo que um Centro Fluido Mobilizador de Análise (CFMA), constituído em relação direta com a análise, toma parte sofrendo com isso a instabilidade do processo fundamental



para seu desenvolvimento. Nessa relação instável em que as partes são abalroadas, o gesto de textualização recorta reflexões sem que isso signifique um “esquecimento de suas especificidades”, mas cada trajeto de reflexão teórica tem suas funções deslocadas pelas relações com as demais. Ou seja, penso que é nessa movimentação que temos em operação, isto é, em funcionamento analítico, um “feixe de pontos específicos” em uma concepção materialista da linguagem em que pesa sua dimensão histórica pela via dos estudos da significação (enunciação e discurso).

\*

Fundamentais em outros trabalhos, essas considerações, aqui sintetizadas, se prestam a exaustivas análises em minha tese de doutoramento (Bernardo-Santos, 2008; IEL/Unicamp) para compreender relações constitutivas do processo de construção, de abertura do espaço enunciativo das ciências da linguagem no Brasil. Desse processo, estudamos livros de especialistas exclusivamente dedicados à “questão da língua do Brasil”, e livros de não-especialistas (não linguistas) dedicados à formação geral do Brasil, onde a “questão da língua” também aparece.

Entre outros, foram efetivamente tomados pela objetiva do processo analítico da tese os seguintes trabalhos de especialistas. De Sílvio Elia, *O problema da língua brasileira* (1940; 1961), (ver Bernardo-Santos, 2009), *Ensaio de filologia e lingüística* (1963) e *A unidade lingüística do Brasil* (1979); de Gladstone Chaves de Melo: *A língua do Brasil* (1946, 1971, 1975) e *Iniciação à filologia portuguesa* [em três edições (1949, 1956, 1965 e 1971)]; de Francisco da Silveira Bueno: *A Formação Histórica da Língua Portuguesa* (1955), (1958); de Serafim da Silva Neto: *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1950; 1963; 1976); de Edith Pimentel Pinto: *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1- 1820/1920* (1978) e de Ataliba Castilho: “O Português do Brasil” - apêndice in: Ilari, 1992).

Dentre os não-especialistas, aparecem Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936; 1995) (ver Bernardo-Santos, 2009b) e Gilberto Freyre em seu *Casa Grande & Senzala* de 1933;

edição de 2004 (ver Veloso & Madeira, 1999). Como forma de dar atenção para o que chamamos de **intervenção da escrita** na institucionalização da linguística moderna no Brasil. Vejamos uma síntese ilustrativa.

\*

I. O APAGAMENTO DA QUESTÃO DA LÍNGUA EM “O INDÍGENA NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA” POR GILBERTO FREYRE EM CASA GRANDE & SENZALA

Como *não-especialista* vindo de “áreas vizinhas”, historiador, sociólogo, antropólogo, enfim, como intérprete do Brasil, Freyre (1933; 2003), de passagem, dedicou-se a “questão da língua” no Cap. II. “O indígena na formação da família brasileira” (pp. 156-263). O capítulo é dividido em seções sobre os “sujeitos sociais da formação por gênero”: o índio (e o invertido), a índia e o cumulim (a criança). Cada trecho traz “uma história”. De modo que o tempo da *formação* é percorrido diversas vezes para medir o peso de cada um dos gêneros no processo histórico. E em cada um desses “vai-e-vem” a história é sintetizada num entrecruzamento de tempos na língua. Entendemos, então, ser proveitoso o estudo do deslizamento de sentido nesses pontos donde de um sentido vai-se a outro pela materialidade da linguagem.

Nossa análise se detém, no entanto, mais detalhadamente nos deslizamentos localizados na seção dedicada à criança, ou melhor, ao esforço educativo e civilizador (Starobinski, 2001) no processo de cristianização, onde justamente entra a questão-objeto de interesse: os treze parágrafos sobre as línguas do Brasil. A análise demarcou duas partes nas páginas desse trecho. A primeira (pp. 219-221) enuncia o que ocorreu na história das línguas e a segunda (pp. 221-223) mais especificamente como ocorreu a “conversão para a língua portuguesa”. Há, entretanto, na fluidez da relação entre as partes, porções de uma na outra.

Apresentamos três pontos: um para o estudo dos limites da questão na textualidade em relação a outras questões do capítulo. Os dois outros pontos analisam respectivamente a primeira e

a segunda parte do trecho em que Freyre aborda a “questão da língua”. Começemos então por um estudo dos sentidos nas fronteiras do território da “questão”. O trecho da “questão da língua” pode ser lido integralmente na sequência de figuras.

#### I. I. DESDOBRAMENTO DO SUJEITO: DO ENUNCIADO À ENUNCIACÃO

Um marcador espacial produz na textualidade o efeito de abertura do trecho. Vejamos:

Fig. 2 (p. 219)

No Brasil o padre serviu-se principalmente do culumim, para recolher de sua boca o material com que formou a língua tupi-guarani – o instrumento mais poderoso de intercomunicação entre as duas culturas: a do invasor e a da raça conquistada. Não somente de intercomunicação moral como comercial e material. Língua que seria, com toda a sua artificialidade, uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil. Desde logo, e pela pressão do formidável imperialismo religioso do missionário jesuíta, pela sua tendência para uniformizar e estandardizar valores morais e materiais,<sup>170</sup> o tupi-guarani aproximou entre si tribos e povos indígenas, diversos e distantes em cultura, e até inimigos de guerra, para, em seguida, aproximá-los todos do colonizador europeu. Foi a língua, essa que se formou do colonizador do culumim com o padre, das primeiras relações sociais e de comércio entre as duas raças, podendo-se afirmar do povo invasor que adotou para o gasto ou o uso corrente a fala do povo conquistado, reservan-

do a sua para uso restrito e oficial. Quando mais tarde o idioma português – sempre o oficial – predominou sobre o tupi, tornando-se, ao lado deste, língua popular, já o colonizador estava impregnado de agreste influência indígena; já o seu português perdera o ranço ou a dureza do reinol; amolecera-se em um português sem *rr* nem *ss*; infantilizara-se quase, em fala de menino, sob a influência do ensino jesuítico de colaboração com os culumins.

Além de trazer, no âmbito do enunciado, a relação de oposição territorial, o “no Brasil” marca uma fronteira na enunciação, a partir da qual o tempo da *formação* será novamente percorrido, mas dessa vez para trazer **o que** ocorreu na história da “questão da língua”. Seis parágrafos adiante, um comentário meta-enunciativo marca a entrada de um novo retorno ao início do tempo da *formação* para enunciar **como** ocorreu a “questão” trazendo uma relação de paráfrase com o enunciado de abertura.<sup>4</sup>

Fig. 3 (p. 221)

Do menino indígena, já o dissemos, os padres recolheram o material para a organização da “língua tupi”: esta resultou do intercurso intelectual entre catequista e catecúmeno. Pela mulher transmitiu-se da cultura indígena à brasileira o melhor que hoje nos resta dos valores materiais dos ameríndios; pelo menino veio-nos a maior parte de elementos morais incorporados à nossa cultura: o conhecimento da língua, o de vários medos e abusões, o de diversos jogos e danças recreativas.

Essa relação parafrástica na materialidade significativa é lugar privilegiado para observar o desdobramento do sujeito do enunciado em sujeito da enunciação. Ou seja, a relação parafrástica marca o “ir e vir” no tempo e constitui na movimentação de sentidos, uma forma estruturante da enunciação na textualidade. Sete parágrafos mais tarde (p. 223), a “questão da língua” sai do “centro da materialidade textual” e a enunciação faz os sentidos deslizarem para as relações entre raças. Vejamos:

<sup>4</sup> Observar aqui a categoria meta-enunciação estudada por (Jackeline, 1998).

Fig. 4 (p. 223-224)

Um outro traço simpático, nas primeiras relações dos jesuítas com os culumins, para quem aprecie a obra missionária, não com olhos devotos de apologeta ou sectário da Companhia mas sob o ponto de vista brasileiro da confraternização das raças: a igualdade em que parece terem eles educado, nos seus colégios dos séculos XVI e XVII, índios e filhos de portugueses, europeus e mestiços, caboclos arrancados às tabas e meninos órfãos vindos de Lisboa. As crônicas não indicam nenhuma discriminação ou segregação inspirada por preconceito de cor ou de raça contra os índios; o regime que os padres adotaram parece ter sido o de fraternal mistura dos alunos. O colégio estabelecido por Nóbrega na Bahia dá Varnhagen como freqüentado por filhos de colonos, meninos órfãos vindos de Lisboa e piás da terra.<sup>184</sup>

Quer dizer, no processo civilizador textualizado, a criança é fundamental, “o eixo da atividade missionária”, e, quando ela entra na enunciação, implicada vem a “questão da língua”. Isto é, temos uma região especificamente demarcada para as línguas em treze parágrafos. Observemos análises específicas.

### 1. 2. *O que aconteceu (primeiro bloco do trecho)*

No primeiro bloco (PP. 219-221), os dois primeiros parágrafos trazem marcas de uma forma específica de textualização dominante no trecho. A “longa história” é percorrida com começo, meio e fim. Já no primeiro parágrafo, temos marcas dêiticas temporais que aparecem de um modo específico encerrando o processo histórico, apagando outras línguas (ver fig. 2, pp. 10-11 desse artigo)

**Serviu-se**, formou.

**Desde logo**, aproximou.

Para, **em seguida**, aproximá-los.

Quando **mais tarde** predominou,

**Já estava** impregnado, **já perdera** o ranço.

**Amolecera-se**, **infantilizara-se**.

Note-se que há no parágrafo uma síntese da longa duração do processo histórico de relação entre as línguas. Essas marcas temporais reaparecem no segundo parágrafo para reiniciar o processo e imediatamente reencerrá-lo. Produzindo a reiteração do apagamento das línguas em favor da língua portuguesa. Vejamos:

Fig. 5 (p. 220)

Ficou-nos, entretanto, dessa primeira dualidade de línguas, a dos senhores e a dos nativos, uma de luxo, oficial, outra popular, para o gasto – dualidade que durou seguramente século e meio e que prolongou-se depois, com outro caráter, no antagonismo entre a fala dos brancos das casas-grandes e a dos negros das senzalas – um vício, em nosso idioma, que só hoje, e através dos romancistas e poetas mais novos, vai sendo corrigido ou atenuado: o vácuo enorme entre a língua escrita e a língua falada. Entre o português dos bacharéis, dos padres e dos doutores, quase sempre propensos ao purismo, ao preciosismo e ao classicismo, e o português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto, do sertanejo. O deste ainda muito cheio de expressões indígenas, como o do ex-escravo ainda quente da influência africana.

Aqui, as marcas dêiticas temporais reaparecem mantendo a estruturação que também encerra o processo histórico, apagando outras línguas.

**Ficou-nos** um vício.

Que só **hoje vai sendo** corrigido, atenuado.

**Ainda** muito cheio de expressões indígenas.

**Ainda** quente da influência africana.

O “ficou-nos” que abre esse segundo parágrafo também sentenciar o fim do processo. O “Só hoje vai sendo corrigido” marca outro momento histórico quando a continuidade da *formação* é constituída em um espaço enunciativo não mais “bilíngue”, mas sim das línguas na mesma língua: “o português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto, do sertanejo (...) o português dos bacharéis, dos padres e dos doutores” (pp.220).

E o “ainda”, no mesmo parágrafo, vem para situar um distanciamento tal que o final do processo é significado como um atraso. De modo que o relato no acontecimento enunciativo produz três tempos: o anterior ao que “ficou”, o seu posterior marcado pelo “ainda”, pelas formas de um pretérito imperfeito, definido pelo “já”, seguidas pelas formas de um pretérito mais que perfeito. Essas são marcas de certa forma de textualização que se repete ainda na primeira parte.

Em resumo, os pares “serviu-se/ficou-nos” e “realizou-se/ficaram” sentenciam o fim do processo da gramatização das línguas no Brasil em sequências descontinuadas. É justamente essa descontinuidade que constitui uma abertura para a fragmentação do sujeito enunciativo. A enunciação segmenta um lugar/tempo heterogêneo para *eles* (índios e brancos) no passado e um lugar/tempo em processo de homogeneização das línguas para um *nós* (o brasileiro) no presente: são heterogeneidades homogeneizadas. É na fluidez desses desdobramentos na língua, relacionados aos sentidos da razão gráfica, que encontramos o real específico objeto de interesse da análise. Nesses desdobramentos, constitui-se um sujeito enunciativo marcado por essa disjunção histórica.

Fig. 06 (pp. 220-221)

É que a conquista dos sertões realizou-se no período de influência ou predominância do tupi como língua popular. “As levas, que partiam do litoral, a fazerem descobrimentos”, escreve Teodoro Sampaio, “falavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam as novas descobertas, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias, espalhadas nos sertões, falando também o tupi e encarregando-se naturalmente de difundi-lo.”<sup>171</sup>



Tupis ficaram no Brasil os nomes de quase todos os animais e pássaros; de quase todos os rios; de muitas das montanhas; de vários dos utensílios domésticos. Escrevia no século XVII o padre Antônio Vieira (que tanto se preocupou com os problemas das relações entre colonos e indígenas): “Primeiramente he certo que as familias dos portugueses e indios em São Paulo, estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres, e os filhos, se crião mistiça e domesticamente, e a lingua, que nas ditas familias se fala, he a dos indios, e a portuguesa a vão os meninos aprender á escola; e deshunir esta tão natural, ou tão naturalizada união seria genero de crueldade entre os

que assim se crião, e ha muitos annos vivem. Digo, pois, que todos os indios, e indias, que tiverem tal amor a seus chamados senhores, que queirão ficar com elles por sua vontade, o possão fazer sem outra alguma obrigação mais que a do dito amor, que he o mais doce captivo, e a liberdade mais livre”.<sup>172</sup>

Como se vê, esses parágrafos mantêm a regulação do tempo em formas de um passado preponderantemente perfeito e/ou imperfeito, mas sempre já extinto: “realizou-se no período”, “falavam”, “designavam” etc. Isso por dois motivos. Primeiro porque há um presente escriturado - e a escritura é fundamental - que rompe com o passado: “escreve Teodoro Sampaio”; segundo porque aparece logo na abertura do 4º parágrafo um outro passado significando um vácuo temporal que apaga: “Tupis ficaram os nomes”. E, óbvio, esse apagamento é logo em seguida reiterado mais uma vez pela intervenção da escrita: “escrevia no século XVII o Padre Antônio Vieira”.

Bem, esse primeiro bloco é finalizado no 5º parágrafo. Apesar de o segundo bloco recontar a história, desde já, preciso chamar a atenção para um fato: essa região do texto é tomada por várias vozes e, como temos visto, elas estão situadas na escrita. É a escrita que domina a “questão da língua” e é nessa direção que pretendo concluir esta síntese.



## I. 3. COMO ACONTECEU (SEGUNDO BLOCO DO TRECHO)

Com o segundo bloco, vêm os sentidos de recomeço no relato, mas desta vez com o efeito da história já conhecida. Essa última parte vem relatar como ocorreu a história. O parágrafo de abertura marca a manutenção da estrutura de textualização, ou seja, a enunciação recupera anterioridades que engendram pontos da *formação* brasileira já definida. Vejamos as marcas temporais do 6º parágrafo (ver fig. 3, p. 11 desse artigo).

**Recolheram** o material  
**Resultou** do intercurso  
**Transmitiu-se** da cultura  
**Hoje** nos resta  
**Veio-nos** a melhor parte.

O objeto de análise do autor é certo “sistema de intercurso intelectual adotado pelos jesuítas”.<sup>5</sup> Nesse sistema, há “valores materiais” e “elementos morais” e dentre eles: o conhecimento das línguas. A enunciação traz então porções desse conhecimento em pequenas cenas do cotidiano da obra de cristianização, um processo que se inicia já na seção anterior. Uma peculiaridade própria do trabalho com certo viés historiográfico-antropológico e, por assim dizer, arqueológico, no sentido dos *Annales*, é a documentação. E, na textualidade, esse procedimento é marcado pela entrada de cenas trazidas por diferentes vozes do eu (na escrita) em relação ao outro (oralidade). Vejamos um quadro dessas vozes.

Fig. 07

<b>Escreve</b> Theodoro Sampaio (3º parágrafo).
<b>Escrevia</b> no século XVII o Padre Antonio Vieira (4º)
Informa Theodoro Sampaio (5º)
O Padre Simão de Vasconcelos esclarece-nos (7º)É assim que de Anchieta nos informa (7º)
Diz o referido Padre Simão (8º)E Varnhagen comenta (9º)
Procissão que o Padre Américo Novaes, baseado em Southey, evoca (9º)

<sup>5</sup> Entra em funcionamento uma abordagem dialética hegeliana.

- Diz Varnhagen –

“Na poesia lírica brasileira do tempo da colonização”, **nota José Antonio de Freitas** “os jesuítas[...] ensaiavam as formas que mais se assemelhavam aos cantos dos Tupinambás, com voltas e refrens, para assim atraírem e converterem os indígenas à fé católica” (13º).

Os sentidos dessas vozes vão gradativamente apagando a questão da língua. Inicialmente com a presença da escrita, mas a partir do 9º parágrafo, a “questão” já não aparece diretamente: ela vem subsumida em elementos morais incorporados à nossa cultura. Ou seja, ela é considerada como parte da cristianização, nas procissões, na música, nos louvores, nos cantos. Vejamos:

fig. 08 (p. 222)

E Varnhagen comenta a emulação provocada entre o gentio pelos jesuítas com as suas procissões de culumins cristianizados: “Feitos acólitos os primeiros piás mansos, todos os mais caboclinhos lhes tinham inveja, do que aproveitaram os jesuítas, entrando com eles pelas aldeias em procissões de cruz alçada, entoando a ladainha, cantando rezas e arrebanhando muitos; com o que se honravam às vezes os pais”.<sup>176</sup> Procissão que o padre Américo Novais, baseado em Southey, evoca em cores ainda mais vivas: meninos e adolescentes vestidos de branco, uns com açafates de flores, outros com vasos de perfume, outros com turíbulos de incenso, todos louvando Jesus triunfante entre repiques de sino e rancos de artilharia.<sup>177</sup> Eram as futuras festas de igreja, tão brasileiras, com incenso, folha de canela, flores, cantos sacros, banda de música, foguete, repique de sino, vivas a Jesus Cristo, esboçando-se nessas procissões de culumins. Era o cristianismo, que já nos vinha de Portugal cheio de sobrevivências pagãs, aqui se enriquecendo de notas berrantes e sensuais para seduzir o índio. Nóbrega chegava a ser de opinião que pela música conseguiria trazer ao grêmio católico tudo quanto fosse índio nu das florestas da América; e pelo impulso que deu à música tornou-se – diz Varnhagen – “quase um segundo Orfeu.”<sup>178</sup>

Ainda em pequenas cenas do cotidiano, os parágrafos 10 e 11 são os últimos a considerar as línguas (o português, “o latim de igreja” e o tupi) de modo frontal. No 12º e 13º parágrafos que finalizam o trecho, a “questão” já não é mais considerada. Decididamente, ela é significada como finda. Vejamos o funcionamento.

Fig. 09 ( p. 222)

De música inundou-se a vida dos catecúmenos. Os culumins acordavam de manhã cedo cantando. Bendizendo os nomes de Jesus e da Virgem Maria: “dizendo os de hu coro: Bendito & louvado seja o santissimo nome de Iesu & respondendo os do outro, & o da bem aventurada Virgem Maria para sempre, Amen”. E todos juntos em grave latim de igreja: “*Gloria Patri & Filio & Spiritui Sancto, Amen*”.<sup>179</sup>

Fig. 10 (p. 222)

Mas esses louvores a Jesus e à Virgem não se limitavam à expressão portuguesa ou latina: transbordavam no tupi. Ao toque da ave-maria quase toda a gente dizia em voz alta, fazendo o pelo-sinal: *Santa Caruçã rangana recê*; para então repetir cada um na sua língua a oração da tarde. E era em tupi que as pessoas se saudavam: *Enecoê-ma*; que quer dizer bom-dia.<sup>180</sup>

Mas, de modo decisivo, é o 12º parágrafo que irá significar, na textualidade, o fim de quaisquer resíduos das línguas outras. A partir do 13º, do 14º e, sobretudo, do 15º, o território já será ocupado, como dissemos, por outra questão: já vai ao centro do texto “um outro traço simpático” da presença do indígena na formação da família brasileira: a confraternização das raças.

Preciso finalizar essa reflexão com a leitura da região final do trecho que traz o que podemos chamar de **ponto crítico**, posto que nela acontece a intervenção da escrita para limitar o território, no caso, da questão da língua.

Fig. 11 (p. 222-223)

A poesia e a música brasileiras surgiram desse conluio de culumins e padres. Quando mais tarde apareceu a modinha, foi guardando ainda certa gravidade de latim de igreja, uma doçura piedosa e sentimental de sacristia a açucarar-lhe o erotismo, um misticismo de colégio de padre a dissimular-lhe a lascívia já mais africana do que ame-

ríndia. Verificara-se, porém, desde o primeiro século a contemporização hábil do estilo religioso ou católico de ladainha com as formas de canto indígena. “Na poesia lírica brasileira do tempo da colonização”, nota José Antônio de Freitas, “os jesuítas [...] ensaiavam as formas que mais se assemelhavam aos cantos dos Tupinambás, com voltas e refréns, para assim atraírem e converterem os indígenas à fé católica.” E acrescenta: “Numa época em que os cantos populares eram proibidos pela Igreja, numa época em que o sentimento poético das multidões estava completamente sufocado e atrofiado, o colono, para dar expansão à saudade que lhe ia na alma, não deixava de repetir aqueles cantares, que os jesuítas autorizavam”.<sup>181</sup> Graças ao imperador D. Pedro II, que obteve, em Roma, cópia das quadras escritas pelos jesuítas para os meninos dos seus colégios e missões no Brasil, conhece-se hoje a seguinte, publicada por Taunay:

*O Virgem Maria  
Tupan ey êtê  
Aba pe ara pora  
Oicó endê yabê.*

Que traduzida quer dizer o seguinte, diz Taunay: “Ó Virgem Maria, mãe de Deus verdadeira, os homens deste mundo estão bem convosco”.<sup>182</sup>

“Os jesuítas”, escreve Couto de Magalhães, “não coligiram literatura dos aborígenes, mas serviram-se de sua música e de suas danças religiosas para atraí-los ao cristianismo [...]. As toadas profundamente melancólicas dessas músicas e a dança foram adaptadas pelos jesuítas, com profundo conhecimento que tinham do coração humano, para as festas do divino Espírito Santo, São Gonçalo, Santa Cruz, São João e Senhora da Conceição.”<sup>183</sup>

Um outro traço simpático, nas primeiras relações dos jesuítas com os culumins, para quem aprecie a obra missionária, não com olhos devotos de apologeta ou sectário da Companhia mas sob o ponto de vista brasileiro da confraternização das raças: a igualdade em que parece terem eles educado, nos seus colégios dos séculos XVI e XVII, índios e filhos de portugueses, europeus e mestiços, caboclos arrancados às tabas e meninos órfãos vindos de Lisboa. As crônicas não indicam nenhuma discriminação ou segregação inspirada por preconceito de cor ou de raça contra os índios; o regime que os padres adotaram parece ter sido o de fraternal mistura dos alunos. O colégio estabelecido por Nóbrega na Bahia dá Varnhagen como freqüentado por filhos de colonos, meninos órfãos vindos de Lisboa e piás da terra.<sup>184</sup>

De modo que a escrita regula o conhecimento da língua ao tempo em que, na textualização, sentencia seu apagamento definitivo em sentidos de proibição/autorização, de sufoco/atrofia e saudade. Tudo isso tem refúgio em outro espaço, significado pela “cópia das quadras escritas pelos jesuítas” que configura outro platô enunciativo. Como vemos, estamos em plena intervenção da escrita. Por fim, Vejamos um Diagrama da Linearidade Pagar.

\*





- BERNARDO-SANTOS, W. J. “A intervenção da escrita na institucionalização da Lingüística no Brasil ou O domínio espanhol em ‘O problema da língua brasileira’ de Silvio Elia (1940)”. Trabalho apresentado na *II Semana de Cultura Hispânica* – , disponível em CDROM, ISSN: 2176-1590, 2009a.
- BERNARDO-SANTOS, W. J. “*Intervenção da escrita: uma nota para o esquecimento em Raízes do Brasil*”. In: [http://www.revistalinguas.com/edicao21/revista\\_linguas\\_21.pdf](http://www.revistalinguas.com/edicao21/revista_linguas_21.pdf), 2009.
- BERNARDO-SANTOS, W. J. “*Europa e África: o entretanto da língua nacional em Casa Grande & Senzala*”. In: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/viewFile/254/216>, 2007.
- BERNARDO-SANTOS, W. J. “Intervenção da escrita: enunciação e razão gráfica”. In: Corrêa, Bezerra & Cardoso. *O texto em perspectiva*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009b.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1988 [1966].
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral II*. 4ªed. Campinas: Pontes, 1995 [1974].
- BUENO, F. da S: *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, GB, (1958)
- CASTILHO, A. “*O Português do Brasil*” In: ILARI, R. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de Lingüística Geral*. São paulo, Cultrix, 1977 [1972].
- ELIA, S. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro : MEC, 1961 [1940].
- FEBVRE, L. “Deux philosophies opportunistes de l’histoire: de Spengler à Toybee. In: *Combats pour l’histoire*. Paris, Armand Colin, p. 119-43. Trad. Maria Elisa Mascarenhas; vol. 2 org. Carlos Guilherme Mota. Coleção Grandes Cientistas Sociais, coord. Florestan Fernandes. Ática, 1992 [1953; 1962].

- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ª ed. São Paulo, Global, 2004 [1933].
- GUIMARÃES, E. *História e Sentido na linguagem*. Campinas, SP, Pontes, 1989.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP, 1995.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. & Orlandi, Eni. P. (orgs.) *Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso* [trad. Maria Fauta Pereira de Castro]. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, SP, Cia. das Letras, 1995 [1936].
- MELO, G. C. *Iniciação à filologia e a lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: FGV, 1949 [1946].
- MELO, G. C. *Iniciação à filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: FGV, 1970.
- MELO, G. C. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- MELO, G. C. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP, 2001.
- PÊCHEUX, M. “Lire L’archive Aujourd’Hui”. In: *Archives et documents*, 2, St. Cloud. Trad. Bras. In: Gestos de Leitura. Campinas : Editora da Unicamp, 1996 [1982].
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. “Análise Automática do Discurso (AAD-69)” e “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975)”. In: Gadet, F. & Hak, T. *Por uma análise automática do discurso, uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP, Editora da Unicamp,



1997

- PINTO, E. P. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, v.1[1820/1920], 1978 e v.2 [1920/1945], 1981.
- RANCIÈRE, J. *Os nomes na história: um ensaio de poética do saber*. Trad. Guimarães, E. & Orlandi, E. São Paulo: Pontes/Educ, 1994.
- SILVA NETO, S. da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1976)
- STAROBINSKI, J. *As Máscaras da Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- VELOSO, M. & MADEIRA, A. “Gilberto Freyre: uma leitura crítica”. In: *Leituras brasileiras: itinerários do pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.